

ATA DA 017ª SESSÃO SOLENE DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2017, DE
CONCESSÃO DE TÍTULO DE CIDADÃO CATARINENSE AO
SENHOR JOSÉ ANTÔNIO TORRES MARQUES
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SILVIO DREVECK

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) -
Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão solene.

Convido para compor a mesa as autoridades que
serão nominadas a seguir:

Excelentíssimo senhor deputado estadual
Gabriel Ribeiro, que propôs a presente sessão;

Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal
de Justiça de Santa Catarina, desembargador José
Antônio Torres Marques;

Excelentíssimo doutor Aurino Alves de Souza,
subprocurador-geral de Justiça para assuntos
jurídicos, representando neste ato o
excelentíssimo senhor procurador-geral de justiça
do Ministério Público de Santa Catarina, doutor
Sandro José Neis;

Excelentíssimo senhor deputado estadual
Antônio Aguiar;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Darci
de Matos;

Excelentíssimo senhor deputado estadual
Fernando Coruja;

Excelentíssimo senhor deputado estadual João
Antônio Amin;

Excelentíssimo senhor deputado estadual Leonel
Pavan;

Excelentíssimo senhor deputado estadual
Roberto Salum.

Excelentíssimas autoridades, senhoras e
senhores, a presente sessão solene, foi marcada
pela mesa e aprovada por unanimidade pelos demais
parlamentares, para concessão de Título de Cidadão
Catarinense, ao senhor José Antônio Torres
Marques, por proposição do senhor deputado Gabriel
Ribeiro.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

[*Degração: Tayliny da Silva*]

Convido também, para compor a mesa o senhor deputado estadual Milton Hobus.

Registro ainda a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo senhor desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina no período de 2000 a 2002;

Excelentíssimo senhor presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Glauco José Côrte. Obrigado pela presença!

Excelentíssimo senhor primeiro vice-presidente desembargador dr. Alexandre d'Ivanenko;

Excelentíssimo senhor terceiro vice-presidente desembargador Jaime Ramos;

Excelentíssimo senhor corregedor-geral da Justiça, Ricardo Orofino da Luz Fontes;

Excelentíssimo senhor vice-corregedor-geral da Justiça, Salim Schead dos Santos.

Excelentíssimos desembargadores Altamiro de Oliveira, André Carvalho, André Luiz Dacol; Antonio do Rêgo Monteiro Rocha; Artur Jenichen Filho; Carlos Adilson Silva; Carlos Alberto Civinski; Cesar Augusto Mimoso Ruiz Abreu; Cid José Goulart Júnior; Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer; Cláudia Lambert de Faria; Cláudio Barreto Dutra; Cláudio Valdyr Helfenstein; Denise de Souza Luiz Francoski; Denise Volpato; Dinart Francisco Machado; Eduardo Mattos Gallo Júnior; Ernani Guetten de Almeida; Fernando Carioni; e Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto.

Obrigado pela presença! [*Degração: Taquígrafa Elzamar*]

Ainda registramos as seguintes autoridades presentes:

Excelentíssimo senhor desembargador Henry Petry Júnior;

Excelentíssimo senhor desembargador Jaime Machado Júnior;

Excelentíssimo senhor desembargador, João Henrique Blasi, foi deputado parlamentar nesta Casa por muito tempo;

Excelentíssimo senhor desembargador Jorge Henrique Schaefer Martins;

Excelentíssimo senhor desembargador Jorge Luiz de Borba;

Excelentíssimo senhor desembargador José Agenor de Aragão;

Excelentíssimo senhor desembargador José Carlos Carstens Köhler;

Excelentíssima senhora desembargadora Maria do Rocio Luz Santa Ritta;

Excelentíssimo senhor desembargador Saul Stile;

Excelentíssima senhora desembargadora Staley da Silva Braga.

Feito o registro, na sequência, convido para fazer uso da palavra, na condição de proponente do projeto que deu origem a Lei Estadual nº 17.329 de 20 de novembro de 2017, concedendo título de Cidadão Catarinense ao senhor José Antônio Torres Marques, o exmo. sr. deputado estadual Gabriel Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Sr. presidente Silvio Dreveck; srs. deputados; sr. presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador José Antônio Torres Marques; nossos ilustres desembargadores, hoje presentes prestigiando este ato solene de concessão de Título de Cidadão Catarinense a este ilustre gaúcho; senhoras e senhores; familiares. É uma grande honra para todos nós, parlamentares de Santa Catarina, podermos recebê-los todos aqui nesta data tão especial.

(Passa a ler.)

"As páginas da história de Santa Catarina e do rio grande do Sul são pontuados de fatos que unem os dois estados. Tivemos a República Juliana, em 1839, um capítulo relevante da Revolução Farroupilha, a chamada Guerra dos Farrapos. O tropeirismo, desde o século XVII, foi um caminho que contribuiu para a economia da região e também

para a formação de povoados na serra catarinense, que deram origens a cidades como Lajes, minha terra natal.

Hábitos daquela época são preservados ainda hoje nos dois estados. Também há uma diversidade de pontos em comum na gastronomia, na música, nos costumes. CTGs serranos disputam com os gaúchos a primazia em competições como invernadas, artísticas e provas campeiras. É comum os grupos catarinenses retornarem do Rio Grande do Sul com a bagagem abarrotada de troféus. As tradições gaúchas são quase tão comuns aqui quanto lá. O queijo artesanal serrano, uma receita comum nos dois estados, teve atenção dos parlamentares dos governos de lá e daqui, praticamente no mesmo período e o desfecho e as consequências no meio rural também foram às mesmas. Além de legalizar trabalho as leis agregaram renda a famílias que moram no campo, nas serras catarinense e gaúcha. Isso sem contar a paixão pelo futebol. São incontáveis catarinenses gremistas e colorados, e gaúchos vestindo as cores do Avaí, do Figueirense, do Joinville, do Criciúma e mais ainda da Chapecoense, a nossa Chape.

José Antônio Torres Marques nasceu no lado sul do Rio Pelotas e se apaixonou pelo lado norte. Porto alegreense, onde começou a sua carreira, e gremista roxo, foi no lado de cá do Rio Pelotas que consolidou sua carreira de magistrado. São catarinenses seus dois filhos: O lageano Eduardo e o manezinho Antônio. Torres Marques é casado com Ana Cristina Pacheco. Quem não o conhece talvez veja o desembargador como uma pessoa séria, até sisuda, um homem de poucas palavras, meio tímido, mas quem convive com o desembargador Torres Marques percebe que, por dentro, trata-se de um homem gentil, que gosta de estar com os amigos e de recebê-los. *[Degravação: Taquígrafa Cristiany]*

Como disse um dos maiores poetas do Brasil, o também gaúcho Mário Quintana: 'A amizade é um amor que nunca morre', e desta tribuna, tenho dito, algumas vezes que o povo lageano, quando abre a porta de sua casa, abre também a porta de seu coração.

Torres Marques é assim, de coração aberto aos amigos, talvez, não sejam muitos, mas como disse Quintana, são imortais. Com esse jeito de ser, deve ter sido muito fácil para este gaúcho, e agora catarinense, se sentir em casa logo que chegou a Lages, mas a serra foi apenas o primeiro amor catarinense, paixão que seria estendida para outras regiões de nosso estado.

Na sua trajetória profissional, José Antônio Torres Marques se formou em 1979, pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, e com menos de 15 anos de formado ele foi aprovado, e tomou posse como juiz substituto em Santa Catarina, em dois de maio de 1983.

Começou seu périplo neste estado pelas comarcas de Lages, também foi juiz em Anita Garibaldi, e depois nas comarcas de Trombudo Central, Orleans e São Miguel do Oeste. Foi removido para Florianópolis dez anos mais tarde, em maio de 1993, sempre atuando na área criminal, o desembargador José Antônio Torres Marques construiu uma sólida carreira na magistratura.

Foi juiz auxiliar da corregedoria e da presidência do Tribunal de Justiça na gestão do então desembargador João Martins, a partir de março de 1996. Foi promovido ao cargo de desembargador em 17 de maio de 2002, assim, acumulou vivência e experiência administrativa com a magistratura de Santa Catarina, até ser eleito presidente do Tribunal de Justiça do estado, que comanda a Corte Centenária na gestão 2016/2018.

Nesta trajetória, ele tem se pautado por julgar sem fazer favores com a justiça, julga conforme as leis, segundo nos ensinou o filósofo Platão. Em conversas com pessoas que os cercam, percebe-se um desembargador que tem o hábito de ouvir todos, e decidir com ponderação. Este é um comportamento de magistrado, e um bom princípio para não se cometer injustiças, pois cometer injustiça é pior do que sofrer injustiça, como disse outro filósofo grego, Aristóteles.

Torres Marques é uma pessoa discreta, completamente avessa a badalações, talvez só não seja discreto quando o assunto é o Grêmio, seu

clube de coração, que está numa boa fase. No trabalho, independente de estar na presidência do Tribunal de Justiça, é um dos primeiros a chegar e um dos últimos a ir embora, e no cotidiano, mostra-se um homem bem informado e muito detalhista. Torres Marques é autêntico, prático, de papo reto e não foge dos problemas.

Como gaúcho, não escapa de eventuais brincadeiras de colegas, especialmente dos manezinhos, para esta velha e até saudável rivalidade entre os dois estados, sempre tem uma resposta na ponta da língua: 'vocês são daqui, mas eu nasci no dia de Santa Catarina'. E fala que nasceu no dia de Santa Catarina, 25 de novembro, com orgulho de é quem afeito e ama o nosso estado.

No Tribunal de Justiça pratica uma gestão participativa que se pauta pela transparência, como juiz, Torres Marques demonstra uma visão humanista, respeitando o réu como ser humano, e dosando as penas com o bom senso.

E se José Torres Marques não fosse um juiz, o que ele poderia ser? Esta pergunta foi feita a algumas pessoas das relações do desembargador, e elas pensaram, pensaram, buscaram alternativas, e concluíram que ele nasceu para ser magistrado. Seguramente, vê na justiça a primeira das igualdades, como pregou o célebre escritor francês Vitor Hugo, também um ativista pelos direitos humanos.

Senhoras e senhores, vivemos momentos difíceis na vida nacional, em que a população necessita de atenção, e as instituições tem sua credibilidade colocada em cheque. Mais do que nunca, precisamos de pessoas da estatura, do equilíbrio e do senso de harmonia do nosso presidente e desembargador José Antônio Torres Marques.

Nossos vizinhos do Rio Grande do Sul tiveram a sorte de tê-lo como homem nascido naquele estado, e Santa Catarina tem a honra de ter sido escolhida por ele como a sua casa. Meu caro Torres Marques a partir de agora o sr. também é um Cidadão Catarinense. A casa é sua".

Obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

[Degravação: Iago Zilli]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Registro ainda a presença do eminente deputado estadual Jean Kuhlmann, bem como, o sr. desembargador do Tribunal de Justiça Odson Cardoso Filho.

Convido o mestre de cerimônias para discorrer sobre o homenageado desta noite.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Marcos Roberto Pereira) - Natural de Porto Alegre, filho do tabelião José Luiz Duarte Marques e Elma Torres Marques, casado com Ana Cristina Pacheco, é pai de Eduardo Neto Marques, engenheiro eletricitista, e de Antônio Torres Marques, estudante.

Formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, colou grau em 1979. A partir de então, foi secretário da presidência do Tribunal de Alçada Gaúcho desde 1979, até a aprovação e posse como juiz substituto neste estado, em dois de maio de 1983.

Foi lotado na comarca de Lages, atuando também em Anita Garibaldi. Posteriormente, foi promovido a titular das comarcas de Trombudo Central, Orleans, São Miguel do Oeste e Lages, até ser designado para a capital, em 11 de maio de 1993.

Atuou como juiz auxiliar da corregedoria e da presidência na gestão do desembargador João Martins, a partir de 12 de março de 1996, até ser designado para o cargo de juiz substituto de 2º grau, em 16 de setembro de 1999.

Promovido ao cargo de desembargador em 17 de maio de 2002, vinha atuando na Terceira Câmara criminal e na presidência da seção criminal.

Na vida associativa, foi secretário-geral da Associação dos Magistrados Catarinenses - AMC, na gestão do desembargador Cesar Abreu e tesoureiro na gestão do juiz Paulo Bruschi.

Dedicando-se ao magistério, foi professor na Universidade do Planalto Catarinense - Uniplac, em Lages, e da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - Esmesc, lecionando direito e processo penal.

Participou como membro efetivo de comissões examinadoras do concurso para ingresso na magistratura catarinense, bem como dos Conselhos de Administração, da Magistratura, e de Gestão.

Nas últimas administrações, foi presidente do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação, e primeiro-vice-presidente do Tribunal de Justiça catarinense.

Atualmente é presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Em reconhecimento a meritória carreira e a sua dedicação para com o estado de Santa Catarina, foi concedido o Título de Cidadão Catarinense ao senhor José Antônio Torres Marques, pela lei nº 17.329 de 20 de novembro de 2017, de autoria do senhor deputado Gabriel Ribeiro.

Convidamos o excelentíssimo senhor deputado Silvio Dreveck, presidente do Parlamento Catarinense, acompanhado do excelentíssimo senhor deputado Gabriel Ribeiro, para fazerem a entrega do Título de Cidadão Catarinense ao senhor José Antônio Torres Marques.

Convidamos o homenageado para receber a honraria.

(Procede-se à entrega do Título de Cidadão Catarinense.)

(Palmas)

[Degravação: Cinthia de Lucca]

Agradecemos ao senhor presidente, ao senhor deputado e ao homenageado.

Esta sessão está sendo gravada pela TVAL, e durante a semana será reprisada. Acompanhe a programação!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Convido para fazer uso da palavra, o Cidadão Catarinense, senhor José Antônio Torres Marques.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO TORRES MARQUES - Boa-noite a todos e a todas. Inicialmente saúdo o presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Silvio Dreveck, e em seu nome as autoridades já nominadas, bem como todos que me

honram esta noite com a sua presença, a quem chamarei de meus amigos.

Permitam-me também cumprimentar os parlamentares da Casa, e expressar especial agradecimento ao deputado Gabriel Ribeiro, autor desta proposta de outorga do Título de Cidadão Catarinense.

(Passa a ler.)

"Tal distinção me honra imensamente, mais que isto, muito me comove pela forte simbologia e o valor inestimável que a reveste.

A palavra homenagem significa expressão ou ato público que demonstra admiração e respeito por alguém.

Neste momento, torna-se meu empenho traduzir a emoção por receber tamanha deferência. Entendo que esta conquista é mais que o fruto do meu trabalho em prol da justiça de Santa Catarina, significa também o valioso reconhecimento deste labor por parte do Poder Legislativo.

Tornar-me de direito um Cidadão Catarinense laureia minha história com esta terra, e vem coroar uma feliz realidade que já vivencio de fato, há mais de 34 nos. A emoção do momento traz à tona uma coletânea de belas recordações, algumas adormecidas pelo tempo decorrido. [*Degravação: Taquígrafa Ana Maria*] Ao me dar as boas-vindas a magistratura catarinense, me conduziu a Lages em 1983, com sua marcante identidade cultural, legado dos bandeirantes e tropeiros, e hospitaleira por tradição. Um traço deixado pela filosofia devida do gaúcho, o cavalheiro das Américas, para que em sua pátria é o lugar que estiver.

Foram sete anos na cidade como juiz substituto e titular. Muito me orgulha lá ter nascido meu primeiro filho, Eduardo. Na época, tive a oportunidade de conhecer de perto a região, atuando por vezes, como substituto na comarca de Anita Garibaldi, seguiram-se Trombudo Central, Orleans, e São Miguel do Oeste, e a cultura multifacetada de Santa Catarina, se descortinava a cada nova comarca.

E quando a carreira me conduziu, novamente, a Lages e essas andanças, por diferentes regiões do

estado trouxeram a certeza de estar numa terra de povo trabalhador, ordeiro e especialmente, hospitaleiro. Soube que havia feito à escolha certa e senti que Santa Catarina me escolhia, também.

Em 1993, cheguei a Florianópolis para dar início ao novo desafio. Assumi em 1999 o cargo de juiz de segundo grau, tornando-me desembargador do Tribunal de Justiça no ano de 2002. Há 24 anos, essa capital é o meu lar, já não cabe à mínima hesitação em afirmar que eu cheguei para ficar, minha jornada encontrou repouso, seu porto seguro. Além de conquistas profissionais, aqui vivenciei, também, realizações pessoais, como a felicidade com o nascimento do meu segundo filho, Antonio. São vínculos que fortaleceram minha ligação com a famosa Ilha da Magia. Hoje, posso dizer que vivo em uma das cidades, notoriamente, mais lindas do Brasil. Beleza realçada pelos traços da colonização açoriana, relevada no retrado das ruas e nos trejeitos do povo de quem agora sou conterrâneo.

As riquezas de Santa Catarina constituem um diferencial, desde a época que despertou interesse nos navegadores europeus, quando o litoral ainda era habitado por índios Tupi Guarani, logo após o descobrimento do Brasil. No século XVII, já renomada pela prosperidade, firmou-se como parada estratégica dos bandeirantes, primeiros a povoarem a futura capital, Nossa Senhora do Desterro, 100 anos mais tarde, recebeu os portugueses, primeiros colonizadores, que exploravam aqui as vantagens do porto mais avançado da América do sul. No século XIX, marcou o início da diversificação da colonização do estado com a chegada de imigrantes alemães, italianos, poloneses e eslavos que, formaram diversas colônias, trazendo sua determinação para os trabalhos e riqueza cultural, traços marcantes da identidade local que, prevalecem até os nossos dias. *[Degravação: Elisa Padilha]*

Dessa valiosa multiplicidade, formou-se hospitaleiro o povo catarinense, e uma casualidade que sempre me alegrou, e que foi mencionada pelo

deputado Gabriel Ribeiro, e pela qual guardo singular carinho, nasci no dia do aniversário deste estado, em 25 de novembro. Neste mesmo dia e mês de 1526, aqui aportou o navegador italiano Sebastião Caboto, em data dedicada também à devoção por Santa Catarina de Alexandria, protetora do Monte Sinai, em diversas localidades do continente europeu. O desbravador, então, homenageou a padroeira rebatizando a então denominada Ilha dos Patos, de Ilha de Santa Catarina, protetora dos estudantes, dos navegadores, dos filósofos e operários, traduz a força de uma mulher inteligente e à frente de seu tempo, que lutou pela liberdade dos cristãos oprimidos.

Nas palavras do artista Rodrigo de Haro: 'Santa Catarina de Alexandria representa a união do conhecimento com a irmandade e o equilíbrio, o amor pelo saber e pela vida, o encontro dos mundos cristãos, judaico, grego e árabe, harmonia possível entre credos diferentes'. É, em síntese, o que todos almejamos.

No Tribunal de Justiça a Capela Ecumênica que leva o nome da santa, preserva as suas valiosas relíquias trazidas diretamente do Egito, no ano de 2000, uma obra que tem muito da mão do desembargador Xavier Vieira, aqui presente. Presente no meu cotidiano, fatos como estes estreitam ainda mais os laços que me ligam a terra na qual construí minha vida profissional, formei família e fiz muitos amigos.

Entendo que a principal razão para outorga do Título de Cidadão Catarinense é um mérito, cujo reconhecimento nesta noite me comove, entretanto garanto que a identificação e o amor que sinto por Santa Catarina, igualmente, contribuem para a legitimidade e fidalguia desta homenagem.

Tomo de empréstimo verso do Hino de Santa Catarina cuja mensagem de irmandade e igualdade compartilho:

'Não mais diferenças de sangues e raças
Não mais regalias sem termos fatais
A força está toda do povo nas massas
Irmãos somos todos iguais.

Da liberdade adorada,
No deslumbrante clarão
Banho o povo a frente ousada
E avigora o coração'.

Não são meras palavras, são valores preciosos para quem deixa a terra natal, determinado a escrever sua história em outros recantos, e se vê acolhido de braços abertos com liberdade de vivenciar um novo mundo de possibilidades. Diploma é o símbolo indelével do bem-querer que sempre nutri pelo estado de Santa Catarina, que tão calorosamente me acolheu e, hoje, me adota oficialmente como um dos filhos.

Compartilho com o povo 'Barriga Verde', a honraria que recebo da augusta Assembleia Legislativa por seus dignos representantes. E, hoje, posso dizer com orgulho que sou Cidadão Catarinense, não de fato, mas de direito".

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR) [*Degravação: Taquígrafa Silvia*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Registro, ainda, e agradecemos a presença do excelentíssimo senhor juiz do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral, dr. Davidson Jahn Mello. Obrigado, pela sua presença!

Agradecemos também, em nome da Assembleia Legislativa, os parlamentares que aqui estão presentes, e os demais parlamentares que aprovaram a proposição do deputado Gabriel Ribeiro, e todos entendem que votaram conscientes por acreditarem que é justo e meritório este título de direito, como disse o nosso desembargador e presidente do Tribunal de Justiça, pelo seu trabalho realizado em Santa Catarina, com ética, profissionalismo, responsabilidade, e compromisso acima de tudo com a população catarinense. Por isso, nós agradecemos a todos os desembargadores, as desembargadoras, juízes, convidados aqui presentes, os familiares, ao doutor José Antônio Torres Marques, para nós é uma honra conceder este título.

Desta forma, agradecemos a todas as autoridades e a todos que nos honraram com o seu comparecimento nesta noite.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência, convoca outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

[Degravação: Taquígrafa Sara] [Revisão Final: Taquígrafa Ana Maria]